

XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS 27 A 31 DE JULHO DE 2015 FLORIANÓPOLIS - SC
**A GUERRA GRANDE (1839-1852) E OS BRUMMER: FRONTEIRA E IMIGRAÇÃO
GERMÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL DO SÉC. XIX**

CARLOS EDUARDO PIASSINI¹
MARIA MEDIANEIRA PADOIN²

A concepção básica norteadora do trabalho do historiador está expressa em uma ampla dimensão, que seja: compreender a História como ciência do tempo presente. O uso de métodos, teorias e a pretensão de veracidade carregam em si o caráter científico da pesquisa histórica, enquanto a autorreflexão do mundo existente em volta do historiador lhe proporciona a elaboração de questões relacionadas ao tempo presente, cujas respostas aludem ao tempo que já se foi. Tal entendimento advém do trabalho de Rüsen (2001), cujos esforços voltados à Teoria da História trouxeram valiosas contribuições para os historiadores (re)pensarem seu ofício. Assim, a realidade vem à tona como matéria essencial para o desenvolvimento das questões históricas e, também, para a interpretação dos eventos encontrados no passado. Dessa forma, o momento atual intrinsecamente influencia na construção do passado que se investiga, e este, passa a ter caráter de presente. As três temporalidades acabam fortemente voltadas para uma delas: o presente. Ao passo que a autorreflexão do presente leva a buscar respostas no passado, a expectativa do futuro move o presente.

Ao aludir ao mundo no qual se vive o papel de gerador das questões a partir das quais as pesquisas históricas tomam corpo, destacamos o tema da “Fronteira” como de suma importância para a atualidade e, portanto, fonte abundante à pesquisa. Inseridos em uma realidade caracterizada por Bauman³ (2001) como líquida, ou seja, ausente de materialidade suficiente a manutenção duradoura de nossas referências, sujeitas à mudanças cada vez mais rápidas que fazem nosso mundo escorrer pelas mãos, o papel da referência ganha destaque. A fronteira, em seus diversos entendimentos, nos auxilia a digerir as mudanças ao nosso redor. Também Maffesoli⁴ (2010) corrobora a percepção de um mundo singrado pelas mudanças, e aplica o conceito de Saturação para tanto, isto é, um processo quase químico, baseado na

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, na Linha de Pesquisa Fronteira, Política e Sociedade; Bolsista CAPES/DS; cepiassini@yahoo.com.br.

² Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin; Coordenadora do Programa de Pós Graduação em História – PPGH da Universidade Federal de Santa Maria; mmpadoin@gmail.com.

³ ZYGMUNT, Bauman. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

⁴ MAFFESOLI, Michel. **Saturação**. (Tradução Ana Goldberger). São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2010.

desestruturação de um corpo seguida pela reestruturação desse corpo com os mesmos elementos daquilo que foi desconstruído. O novo surge a partir do velho. Aquilo antes conhecido deixa de ter preponderância e, dessa forma, torna-se necessário enfrentar a mudança. Aqui faz-se importante a referencialidade, entendida como um ponto de apoio frente a imprevisibilidade aguda do mundo atual.

O movimento causado pelas mudanças tornou a vida mais dinâmica. Assim, inserido nesse contexto, o conceito de Fronteira, como Rui Cunha Martins (2008) aponta, passou por transformações. Antes engessado em um modelo restrito, o conceito passou para o estatuto de dispositivo, ou seja, adquiriu um caráter plurifacetado e em adaptação permanente. Ainda assim, continua apresentando grande potencial demarcador, o que o capacita a facilitar o entendimento desse mundo irrestrito. Porém, a dimensão demarcatória da Fronteira tem limites, uma vez que a referência, isto é, o espaço demarcado e, por isso mesmo, uma criação, entra em tensão com a contingência, ou seja, com o imprevisível do real. A Fronteira é, pois, enquanto conceito e espaço real, dinâmica.

Ao tratarmos da migração de indivíduos germânicos para a Província de Rio Grande de São Pedro em meados do séc. XIX, especificamente do caso dos *Brummer*, abordamos a questão da Fronteira, uma vez que, segundo nosso entendimento, esta foi um dos principais elementos mobilizadores de tal deslocamento. Aqui, ao tratarmos da Guerra Grande (1839 – 1852), vamos nos referir, sobretudo, ao *espaço fronteiro platino*, entendido por Maria Medianeira Padoin (2001) como um espaço constituído através de relações sociais e econômicas, com caráter de região, onde circularam homens, ideias, culturas e mercadorias. Não estava associado a delimitações físicas e políticas, característica essa, segundo Kühn⁵ (2006), inerente à Fronteira, pois enquanto território de circulação de pessoas e mercadorias, ela não deve ser confundida com o limite político, definido pelos tratados internacionais. Esse espaço era dinâmico e mutável. Compreendeu o atual território de Buenos Aires e províncias litorâneas da Bacia do Prata, o território atual do Uruguai e a região da Campanha do Rio Grande do Sul. As relações construídas nesta região permitiram a circulação e a troca de ideias, bem como a consciência de autonomia política, de liberdade e de proteção, elementos fundamentais para a difusão de ideias federalistas durante o conturbado período de construção dos Estados Nacionais.

⁵ KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira: Família, Sociedade e Poder no Sul da América Portuguesa – Século XVIII**. 2006. 479 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói. 2006.

As políticas voltadas à imigração germânica para a colonização de consideráveis áreas sulinas durante o séc. XIX, de acordo com Jorge Luiz da Cunha (2006), visava, sobretudo, aumentar consideravelmente a população para promoção da riqueza e prosperidade do sul do país e a defesa das fronteiras em tempo de guerra. De fato, a Província de Rio Grande de São Pedro, durante o referido século, fora palco de intensas disputas territoriais. A proteção de sua posse era fundamental ao governo português e posteriormente ao império brasileiro, pois, segundo Comissoli⁶ (2008), constituía-se como porta de acesso aos ricos mercados da região platina. Assim, o contexto fronteiriço meridional contribuiu para a consolidação do empreendimento migratório e colonizador do Rio Grande do Sul durante o século XIX ao instalar grupos de indivíduos provenientes de regiões europeias em seu território para a manutenção de sua posse.

O caso dos *Brummer* possui especificidades, pois sua migração ocorreu no ano de 1852 e esteve descolada do objetivo de fixação dos imigrantes em colônias para a produção de alimentos e a proteção do território. Porém, ainda que a fixação não fosse o fim desejado quando da contratação dos *Brummer*, a proteção do território foi fator fundamental. A legião germânica engrossou as fileiras do exército brasileiro no conflito conhecido como Guerra Grande (1839 – 1852). De acordo com Jose Pedro Barran (1979:5), ela pode ser definida através de diversos ângulos,

[...] há sido definida como la lucha internacional entre la América española y la Europa industrial; pugna rio-platense, entre tendencias nacionalistas y autoritárias enfrentadas con tendencias extranjerizantes y liberales; entre federales y unitarios en Argentina; blancos y colorados en el Estado Oriental; intentos hegemónicos tendientes a la reconstrucción del virreinato de Buenos Aires, y combate por sobrevivir del Uruguay y Paraguay. [...] Lo que comenzó por ser un conflicto de bandos entre Oribe y Rivera en el Estado Oriental, se transformó con la caída de Oribe (octubre de 1838) en guerra internacional.⁷

Portanto, este conflito envolveu diversos Estados e adquiriu, assim, caráter internacional, envolvendo Buenos Aires, Corrientes, Santa Fé, Montevideu, Entre Rios e o

⁶ COMISSOLI, Adriano. **Os “homens- bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767 – 1808)**. Porto Alegre: Coleção Teses e Dissertações, v.1. 2008.

⁷ [...] tem sido definida como a luta internacional entre a América espanhola e a Europa industrial; conflito rio-platense, entre tendências nacionalistas e autoritárias contra tendências favoráveis a formas estrangeiras e liberais; entre federalistas e unitários na Argentina; *blancos* e *colorados* no Estado Oriental; tentativas hegemônicas de reconstrução do vice-reinado de Buenos Aires, e o combate por sua sobrevivência do Uruguai e do Paraguai. [...] O que começou como um conflito de bandos entre Oribe e Rivera no Estado Oriental, se transformou após Oribe cair (outubro de 1838) em uma guerra internacional. (Tradução nossa).

Paraguai, assim como o Brasil, a França e a Inglaterra. De forma geral, dentre as motivações dos envolvidos, podemos citar os fortes interesses econômicos, a existência de planos expansionistas, e a defesa da autonomia e independência de alguns deles (BARRAN, 1979; BETTEL, 1991).

Figura central da Guerra Grande, Juan Manuel de Rosas, chegou ao poder na Argentina, então um emaranhado de províncias politicamente autônomas, em 1829, com o apoio dos caudilhos do interior. De acordo com Bettel (1991), Rosas foi proprietário de grandes extensões de terra, teve muitos peões a seu serviço, comandou milícias, e, ainda, conseguiu adaptar seu discurso para falar de perto com indígenas, estancieiros, políticos e peões. Enquanto governador de Buenos Aires, defendeu uma política de expansão e colonização, além de privilegiar àqueles que o apoiavam, isto é, um grupo formado principalmente por proprietários de terra. Como destaca Barran (1979: 15), ao citar Sarmiento,

*“¿Quién era Rosas? Um propietario de tierras.
¿Qué acumuló Rosas? Tierras.
¿Qué dio a sus sostenedores? Tierras.
¿Qué quitó o confisco a sus adversários? Tierras”⁸.*

Entre os anos 1832 e 1835, de acordo com Bettel (1991), durante os quais Rosas esteve afastado do poder direto do cargo de governador de Buenos Aires, ele encabeçou a “*Campaña del Desierto*” (BETTEL, 1991: 282), empreendimento baseado no extermínio e, algumas vezes, acordos com os indígenas do sul de Buenos Aires para a conquista de vastas extensões de terra. O objetivo foi alcançado e teve êxito em adicionar a Buenos Aires milhares de quilômetros quadrados de terra. Grande parte das áreas conquistadas foi distribuída entre àqueles que haviam participado da campanha, principalmente aos capitães, coronéis e generais.

A questão da terra teve espaço destacado durante os anos do poderio de Rosas. Segundo Bettel (1991), com o prestígio adquirido após tal empreendimento, o retorno de Rosas ao poder foi triunfal, sobretudo em vista da instabilidade de Buenos Aires e da insubordinação das províncias que compunham a Confederação Argentina. Estes foram

⁸ “Quem era Rosas? Um Proprietário de Terras.
O que Rosas acumulou? Terras.
O que deu a seus apoiadores? Terras.
O que tomou ou confiscou de seus adversários? Terras”. (Tradução nossa).

pretextos suficientes para a intervenção de Rosas e a manutenção de seu governo ao longo de 17 anos com poder ilimitado e total. Para Barran (1979), duas garantias foram exigidas a ele pelos grupos que o apoiaram, em particular dos proprietários de terra da campanha: paz e terras. As terras ele conquistou e concedeu aos seus partidários e a outros que por esse motivo se inclinaram a apoiá-lo. A paz ele tratou de obter eliminando todos aqueles que não seguiam as diretrizes da facção política que representava, e nisso fracassou. Rosas aniquilou os partidos, sobretudo o unitário, como meio para unificar a nação e levar à ordem. Usou do terror, da perseguição aos inimigos políticos, e de símbolos e imagens para exaltar sua imagem e seu governo.

Segundo Bettel (1991), durante o governo de Rosas, a terra pública virou moeda de troca. Ele deixou de lado o sistema de arrendamento de terras vigente no governo de seu antecessor e colocou no mercado grandes quantidades de terra, compradas pelos mais ricos. Ainda assim, a pouca procura deu pretexto a Rosas para passar a doar as terras públicas. Fez generosas concessões de terra aos apoiadores de seu governo, além de valer-se das doações para garantir alianças e pagar salários e pensões.

De acordo com Barran (1979), o federalismo de Rosas foi peculiar, pois apesar de ter permitido a autonomia política das províncias pertencentes à Confederação Argentina, guardou para si o domínio econômico da região ao negar-se a abrir os portos do litoral ao comércio direto com a Europa e nacionalizar as rendas da aduana portenha. Frente a isso, quando tiveram oportunidade, Corrientes, Entre Ríos e Santa Fé trataram de combater a hegemonia de Buenos Aires. Nesse sentido, para Bettel (1991), a razão pela qual Rosas detestava os unitários não dizia respeito ao desejo de obterem uma Argentina unida, mas por que eram liberais que defendiam os valores seculares do humanismo e do progresso. Rosas os identificava como maçons e intelectuais, como subversivos que ameaçavam a ordem e a tradição. As doutrinas constitucionais dos partidos não o interessavam e nunca foi verdadeiramente federalista. Apesar de fazer parte do partido federalista, pensava e governava como um centralista, defendendo a hegemonia de Buenos Aires.

Enquanto Rosas governava Buenos Aires com poderes ditatoriais e mantinha o monopólio econômico sobre a Confederação Argentina, o Estado Oriental passava por turbulências ocasionadas pela oposição de dois grupos, os *blancos* e os *colorados*. Segundo Barran (1979), enquanto o primeiro grupo estava enraizado no meio rural, combatia a intervenção franco-inglesa, e permanecia fiel a tradição hispânica de ordem autoritária, o

segundo grupo estava ligado ao meio urbano, compartilhava das ideias das correntes liberais europeias e contava com o apoio dos imigrantes da Europa revolucionária, em particular franceses e italianos, além de ter o apoio brasileiro. Em 1839 Fructuoso Rivera, integrante do grupo dos *colorados*, chegou à presidência do Estado Oriental. A tal ponto comprometido com as forças que haviam o auxiliado a conquistar o poder (os farrapos rio-grandenses, os emigrados unitários argentinos e a esquadra francesa), foi forçado a declarar guerra a Rosas.

Para esses aliados, Rosas era um empecilho, mas não somente a eles. Segundo Bettel (1991), apesar de Rosas utilizar o aparato burocrático, o exército e a polícia para exercer sua soberania, ainda assim existiu certa oposição a ele. No âmbito interno, a oposição partiu dos unitários e dos jovens reformistas. Os proprietários de terra do sul da província constituíram um segundo foco de oposição interna, cujo ressentimento não se devia a questões ideológicas, mas a interesses econômicos. Sobrecarregados pelas exigências que lhes eram feitas em homens e recursos para proteger a fronteira, sofreram de forma especial as consequências do bloqueio comercial francês de 1838 (veremos adiante). Culparam Rosas. Por sua vez, houve grande oposição exterior ao regime, em parte por algumas províncias da Confederação Argentina, e em parte por potências estrangeiras.

A Guerra Grande expôs os interesses franco-ingleses na Região Platina e, ao mesmo tempo, freou e impulsionou seu intervencionismo nesse espaço. Impulsionadas pela ideologia liberal, França e Inglaterra vivam naquele começo do século XIX a expansão de seus mercados, ou seja, buscavam consumidores para seus produtos industriais em várias regiões do mundo. A França dava os primeiros passos, enquanto a Inglaterra já tinha certa experiência. Segundo Barran (1979), o domínio de Rosas sobre a Confederação Argentina, ao considerar o rio Paraná como interior, obstaculizava a comunicação direta entre a Europa e as ricas províncias litorâneas (Entre Ríos, Corrientes e Santa Fé), e impedia o acesso ao Paraguai. Além disso, a possibilidade de Oribe, representante dos *blancos* e apoiado por Rosas, tomar o poder no Estado Oriental significava a anexação deste à Confederação Argentina e, conseqüentemente, o rio da Prata perderia seu caráter de rio internacional, livremente navegável. Os europeus desejavam a negociação direta com o litoral, o Paraguai e o Uruguai, e não estavam dispostos a suportar a intermediação de Buenos Aires e os elevados impostos aduaneiros que teriam de pagar. Ainda, a guerra entre os bandos orientais e a Argentina perturbava o comércio europeu.

Assim, a intervenção estrangeira no conflito platino se deu através de influências ideológicas, sobretudo as ideias liberais e de combate ao despotismo, e por conta de interesses econômicos e pela garantia de privilégios aos europeus residentes na região, os quais, para Barran (1979), poderiam ser instrumentos para as pretensões das potências estrangeiras. Também existiu a pretensão de ocupação territorial. Porém tal projeto fracassou frente a intransigência de Rosas e Oribe, e pela vigilância mutua da França e da Grã-Bretanha.

A França teve grande protagonismo no conflito. Segundo Barran (1979), a França, visando os interesses antes apontados, exigiu do governo de Rosas indenizações para alguns de seus súditos detidos pelas autoridades provinciais, a exceção do serviço militar a seus imigrantes, visto que todos os estrangeiros estavam obrigados a prestar serviço militar, menos os ingleses, eximidos pelo tratado de comércio de 1825, e desejava obter o status de nação mais favorecida, privilégio até então exclusivo da Inglaterra, o qual implicava que qualquer vantagem concedida a outro estado, automaticamente passava a ser válida para a nação mais favorecida. As exigências não foram atendidas. Frente a isso, a França bloqueou o porto de Buenos Aires em 1838, impedindo o comércio e, dessa forma, fortalecendo Montevideú.

A prolongação da resistência argentina e a manutenção da esquadra francesa, de acordo com Barran (1979), foram custosos para a França. Além disso, o bloqueio passou a prejudicar os negócios da Grã-Bretanha na região platina. Dessa forma, frente aos gastos e a pressão inglesa, a França suspendeu o bloqueio em 1840, e conseguiu um acordo com Rosas, garantindo as exigências feitas antes do bloqueio. Com isso, permitiu o fortalecimento de Rosas e a invasão do Estado Oriental pelas tropas de Oribe em 1843. Assim tinha início um cerco de 9 anos a Montevideú, acarretando imensos danos à campanha e a paralização do crescimento econômico montevidéano. A resistência de Montevideú foi possível, sobretudo, graças a saída para o mar, por onde recebia viveres, mercadorias, dinheiro e rendas para sua aduana. Ao mesmo tempo, a Grã-Bretanha, defendendo interesses próprios, impediu Buenos Aires de bloquear o porto de Montevideú. O grupo *colorado*, governando em Montevideú sob a liderança de Rivera, ficou dependente da Europa, tanto demográfica, como militar e financeiramente. Por sua vez, o grupo dos *blancos*, liderado por Oribe, controlou a campanha do Estado Oriental e estabeleceu a sede de um governo próprio nos atuais bairros montevidéanos *Unión* e *Cerrito*. O apoio de Rosas se deu na oferta de soldados e ajuda financeira. Se sentiam os representantes da genuína americanidade contra as perigosas

intervenções europeias. Oribe instituiu governo próprio no Cerrito, exercendo a presidência e contando com instituições governamentais. Portanto, houve dois Estados Orientais.

Em 1845 diplomatas franceses e ingleses exigiram de Rosas a abertura dos rios sob o domínio de Buenos Aires para, de acordo com Barran (1979), garantir a livre navegação nestes. Rosas rechaçou as propostas. De imediato, o porto de Buenos Aires foi bloqueado pela frota franco-inglesa. Agindo em prol de seus interesses, reconheceram a independência do Paraguai e abriram caminho à força pelo rio Paraná. Porém, a Inglaterra não desejava guerra contra Rosas e ordenou a retirada de sua esquadra do rio Paraná. Todo o ímpeto dos europeus, porém, encontrou resistência nas forças de Rosas e Oribe. Frente aos prejuízos que o bloqueio causava a si própria, a Inglaterra desistiu da ação em 1847. No ano seguinte foi a vez dos franceses. Dessa forma, tanto a Inglaterra como a França recuaram e assinaram acordos com Rosas, abandonando o apoio a Montevideú.

Desiludidos com a prepotência e o abandono europeus, segundo Doratioto (2014), os Colorados cercados em Montevideú buscaram aliados americanos e realizaram acordos com Urquiza, governador da província de Entre Ríos, e com o império brasileiro. Localizado no litoral, Entre Ríos sofria com o monopólio portuário bonaerense, um dos motivos que levou Urquiza a unir-se aos Colorados, mas não só isso, também pesou suas ambições em suplantar o poderio de Rosas na Confederação Argentina e, enfim, organizá-la constitucionalmente. Assim, em tratado de 1851, formou-se a Tríplice Aliança, constituída por Brasil, Montevideú e Entre Ríos, comprometidos a derrubar o governo do Cerrito e o ditador Rosas.

Como salienta Bettel (1991), as províncias argentinas do litoral e do interior eram menos prósperas que Buenos Aires. As guerras civis que se seguiram à guerra de independência prejudicaram a economia do litoral (Santa Fé, Corrientes, Entre Ríos). Quando conseguiram estabilidade para se recuperar, Buenos Aires monopolizava o comércio. Houve inúmeras discussões no intuito de haver mais incentivos à economia do litoral e do interior, mas o monopólio da pecuária impediu qualquer avanço em outras áreas. Por sua vez, as províncias do interior se mantiveram isoladas do impacto mais direto da independência, sofrendo menos que o litoral as devastações e a guerra, entretanto sua produção de cereais, vinhos e tecidos recebeu pouca atenção de Rosas, além de estarem distantes dos pontos de escoamento da produção.

O receio do império do Brasil em relação a Rosas, de acordo com Doratioto (2014) residia em seu apoio a Oribe, indício da provável incorporação do Uruguai à Confederação

Argentina. Essa também era a interpretação que tinham para a recusa de Rosas em reconhecer a independência do Paraguai. Apesar disso, o governo brasileiro aceitou, em 1843, uma proposta de aliança feita por Rosas, então ameaçado por forças anglo-francesas que exigiam a retirada de suas tropas do solo uruguaio, e, ainda, enfrentava uma sublevação de Corrientes. A proposta de Rosas objetivava obter apoio brasileiro para bloquear Montevidéu e outros portos que estivessem sob o controle de Rivera. Em troca, forneceria os cavalos necessários para as operações do Exército Imperial contra os farroupilhas, então sublevados na Província de Rio Grande de São Pedro. O tratado de Aliança foi assinado por Pedro II, e seguiu para Buenos Aires, para ser ratificado por Rosas, o qual se negou a fazê-lo argumentando que nenhum acordo podia ser negociado sem o consentimento de Oribe. Na realidade, Rosas dispensou a aliança porque a ameaça de intervenção anglo-francesa fora afastada e Corrientes fora pacificada. No Brasil essa recusa foi interpretada como uma afronta a Pedro II e fez os governantes brasileiros se convencerem de que Rosas era um inimigo do Império.

Para Doratioto (2014), enfrentar Rosas era importante para o Brasil na medida que este poderia acabar com o equilíbrio platense a favor da Confederação Argentina caso essa absorvesse o Paraguai e o Uruguai. Também lhe interessava garantir a livre navegação nos rios afluentes do Prata, pois através do rio Paraná e do Paraguai se chegava na Província de Mato Grosso, enclausurada por terra, aberta ao progresso econômico apenas por via fluvial. Por fim, debilitar a Confederação Argentina significava deixar o Uruguai sem aliados frente ao Império brasileiro. Assim, os governantes brasileiros aceitaram auxiliar Montevidéu, contudo assinaram cinco tratados que favoreceram o Brasil e debilitaram a autonomia de Montevidéu, o subordinando em vários aspectos ao império brasileiro.

A aliança deu certo. Segundo Barran (1979), ainda em 1851 as forças aliadas aos Colorados moveram-se contra as forças de Oribe, que se entregaram sem combate, dando fim ao governo do Cerrito. A paz foi negociada e o cerco a Montevidéu acabou. Alguns acordos foram estabelecidos: se reconhecia que a resistência que se havia feito à intervenção franco-inglesa por parte de Oribe e do governo do Cerrito ocorreu sob a crença de que com ela se defendia a independência oriental; se reconhecia como dívida nacional aquela contraída pelo governo do Cerrito; todos os cidadãos orientais gozariam de direitos iguais, procedendo-se a eleger oportunamente senadores e deputados para estes designarem o futuro presidente; se declarou que entre as diferentes opiniões em que estavam divididos os orientais não havia vencidos nem vencedores, pois todos deviam reunir-se sob o estandarte nacional, para o bem

da pátria e para defender suas leis e a independência. De acordo com Doratioto (2014), após a rendição de Oribe, Rosas declarou guerra ao Brasil. Foi assinado o tratado de aliança entre o Império, o governo uruguaio e as províncias de Entre Ríos e Corrientes contra o ditador. O governo brasileiro auxiliou os aliados com 4.000 homens, e um empréstimo de \$ 400.00. Urquiza contou com o apoio da Marinha de Guerra imperial para o transporte de tropas, e, dessa forma, os aliados americanos venceram as forças de Rosas na batalha de Caseros, travada em 3 de fevereiro de 1852. Chegava ao fim o governo ditatorial de Juan Manuel de Rosas e a Guerra Grande.

A participação do Brasil neste conflito de caráter internacional acarretou no recrutamento da legião alemã dos *Brummer*. Segundo Ryan Sousa Oliveira (2008), os legionários alemães contratados em 1851 teriam marcado profundamente a sociedade teuto-brasileira. Ainda de acordo com Oliveira (2008, p. 30), “Esses imigrantes se sobressaíram no exercício de atividades em setores de destaque no mundo colonial, como o comércio, a imprensa e a diretoria de colônias, o que lhes garantiu legitimidade para se tornarem representantes políticos do grupo teuto-brasileiro da província”.

Para Schmid (1951), grande parte dos legionários recrutados por Rego Barros veio da dissolução do exército de Schleswig-Holstein, que lutara contra a Dinamarca. A heterogeneidade dos recrutados é exemplificada por Schmid (1951) em uma fala de Karl Von Koseritz, na qual aponta que havia homens velhos, com experiência de atuação em campanhas na África, na Índia, na Polônia, e na Espanha, e também muitos jovens, alguns ainda sem concluir os estudos. A idade dos recrutados variava de 17 a 50 anos de idade.

De acordo com Maria Amélia Schmidt Dickie (1989), a maioria dos *Brummer*,

[...] havia lutado nos movimentos liberais dos anos 46 a 50, nas regiões do Schleswig-Holstein e Baden. Filhos de famílias abastadas ou nobres, educados e principalmente, politizados, foram se estabelecendo em Porto Alegre e nas zonas coloniais como professores, advogados, engenheiros, agrimensores, médicos, etc. Eram, na maioria, protestantes, maçons e partidários de uma monarquia liberal.

As contribuições dos *Brummer* para os imigrantes e descendentes de elementos germânicos instalados no Rio Grande do Sul foram, segundo Tesche (2014) e Angela

Brandalise Froemming⁹ (2009), a participação mais intensa na vida pública, a influencia no desenvolvimento da vida comunal dos alemães e teuto-brasileiros, o aparecimento de uma imprensa alemã na Província, o desenvolvimento das associações recreativas e o intercâmbio intelectual com a Alemanha. De acordo com Tesche (2014), muitos *Brummer* se dedicaram à docência, participando diretamente da fundação de diversas associações, atuando nelas e por meio delas com o objetivo de preservar o *Deutschtum*, ou seja, a germanidade.

Para Dickie (1989), os *Brummer* lutaram pela ampliação real da elegibilidade dos não católicos e naturalizados. A meta era obter a elegibilidade para a Câmara dos Deputados e, assim, garantir a legitimidade de sua participação no âmbito provincial. Dessa forma, elaboraram um discurso que fez avançar suas ideias sobre os direitos políticos dos "alemães", atingindo tanto a sociedade rio-grandense quanto os colonos que já viviam no Rio Grande do Sul há 40 ou 50 anos. Para tanto, de acordo com Dickie (1989), os *Brummer* agiram através da maçonaria, da fundação da Sociedade Auxiliadora e da ideologia do *Deutschtum*.

Ao estudar a ideologia do *Deutschtum*, Seyferth (1976 apud DICKIE, 1989) aponta que essa era derivada da construção social da noção alemã de cultura (*Kultur*), isto é, as realizações dos homens e seus produtos: obras de arte, livros, sistemas religiosos, filosóficos, que são reveladores de particularidades de grupos. Além de exprimir estas particularidades, também exprimi o orgulho por elas, e as considera como naturais de um povo ou grupo. O *Deutschtum*, baseado nessa noção, expressa uma herança cultural garantida pela descendência, que supõe continuidade. A noção do *Deutschtum* não pergunta a uma pessoa onde ela nasceu, mas de quem ela nasceu, não só física, mas culturalmente. A nacionalidade, portanto, é definida pela cultura. A partir do *Deutschtum*, os *Brummer* formularam um discurso que buscou forjar uma identidade étnica global, no sentido de que tentou reunir os vários "alemães", e isso se fez através da valorização dos colonos pelo reconhecimento do trabalho destes.

Os autores mencionados convergem ao destacar que os *Brummer* tinham alto nível intelectual, boa formação e princípios filosóficos e liberais. Nas picadas e cidades onde se instalaram tornaram-se representantes e reivindicadores dos direitos dos imigrantes e de seus

⁹ FROEMMING, A. B. Migração e Identidade: **Formação de Comunidades Evangélicas nas Colonizações Mistas de Três de Maio, Horizontina e Dr. Maurício Cardoso no Século XX**. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em Teologia)-Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2009.

descendentes. Para Dreher (2008 apud ASSMANN¹⁰, 2012), pode-se afirmar com certeza que, ao lado de sacerdotes jesuítas e pastores luteranos, os *Brummer* formaram a liderança da cultura, da economia e da política entre alemães e descendentes.

A participação de estrangeiros na política rio-grandense durante o séc. XIX, segundo Sandra J. Pesavento (1980), foi restrita. A primeira constituição brasileira, de 1824, instituiu o regime das eleições indiretas, e instituiu que apenas imigrantes naturalizados poderiam participar das eleições. Entretanto, pela restrição do valor da renda líquida anual, a grande maioria dos colonos acabava não participando do processo eleitoral. A partir de 1828, os imigrantes que conseguiam ultrapassar a limitação da renda passaram a ter a possibilidade de atuarem a nível municipal, onde as eleições eram diretas e todos os votantes poderiam ser eleitos para vereadores, tendo como condição para isso residirem, no mínimo, há dois anos no termo. Aos cargos mais elevados se requiritava a exigência de o candidato ser católico e brasileiro nato, o que excluía tanto os imigrantes naturalizados quanto os de religião protestante. Dessa forma, a participação política dos imigrantes durante o Império foi quase nula.

A partir de 1881, com a Lei Saraiva, segundo Pesavento (1980), a elegibilidade foi estendida aos acatólicos e estrangeiros naturalizados, com seis anos de permanência no país. Enfim, os imigrantes passaram a ter acesso a cargos eletivos no Legislativo provincial. A partir desse avanço um pequeno grupo de imigrantes germânicos, sendo 4 destes legionários *Brummer*, conseguiu ocupar o cargo de deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Rio Grande de São Pedro, ainda no período do Império. Os *Brummer* Frederico Haensel, Karl von Koseritz, Wilhelm Ter Brüggén e Karl von Kahlden, segundo José Fernando Carneiro (1959, p. 47-48 apud PESAVENTO, 1980, p. 166),

[...] estavam servindo de peça intermediária entre a colônia, com seus horizontes estreitos, sua vida insular, seu tradicionalismo germânico e o Brasil. Eles não eram expressões coloniais, autóctones, não haviam nascido nem trabalhado nas picadas, mas muito naturalmente aceitos, tornaram-se os intérpretes daqueles pequenos agricultores e pequenos industriais, exercendo uma liderança autêntica [...].

Esses *Brummer*, de acordo com Pesavento (1980), atuaram como uma elite política e intelectual, que fazia a mediação entre o Partido Liberal, controlado por pecuaristas, e as colônias de imigrantes. Deste grupo, Ter Brüggén e Haensel eram comerciantes, membros da

¹⁰ ASSMANN, A. B. As *Schützenvereine* – Sociedades de Atiradores – de Santa Cruz do Sul: um tiro certo na história do esporte no Rio Grande do Sul. **Esporte e Sociedade**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 20, Set/2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es2006.pdf>>. Acesso em: 23 de setembro de 2014.

Praça do Comércio de Porto Alegre. O primeiro era comerciante na capital e foi cônsul honorário alemão, tendo sido deputado pelo Partido Conservador. Já Haensel, filiado ao Partido Liberal, era comerciante em Santa Cruz e teve uma casa de confecções em Porto Alegre. Além de fundador da Companhia Fluvial, teve seus interesses ligados ao beneficiamento de fumo em Santa Cruz. Karl von Kahlden foi diretor da colônia de imigrantes germânicos Santo Ângelo. Por sua vez, Karl von Koseritz destacou-se por sua atividade jornalística.

Marcos Antonio Witt (2001) concorda parcialmente com Piccolo quando a autora afirma que durante o período imperial a participação dos colonos na política teria sido restrita, pois encontrou em dados empíricos significativa prática política em nível municipal entre os colonos alemães do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Naquela região, em pequenas e médias extensões territoriais, alguns proprietários estiveram ligados à burocracia através de cargos públicos e alianças políticas. O fracionamento político ocorrido ali permitiu o surgimento de uma disputa por “migalhas”, ou seja, nacionais¹¹ e colonos alemães¹² disputaram pequenas benesses capazes de os projetar politicamente frente aos demais. As relações de poder teriam ocorrido pelas disputas de poder no âmbito do micro.

Assim, após o que foi exposto, apontamos a instabilidade fronteiriça da região platina como elemento gerador de um espaço com dinâmica própria. Inserido nesse espaço, o Rio Grande do Sul compartilhou dessa peculiaridade. Reflexo disso foi o processo colonizador com elementos germânicos nesta província cujo caráter de ocupação e instalação de pequenas propriedades produtoras de gêneros alimentícios destoou da finalidade da imigração europeia realizada no Sudeste brasileiro, voltada ao objetivo de angariar mão-de-obra para as lavouras de café. Além disso, a proteção do território foi fator fundamental nessa distinção, ao passo que perseguia a manutenção do território sulino frente a instabilidade fronteiriça da região. A Guerra Grande, portanto, apesar do caráter internacional, foi um conflito platino que ameaçou as fronteiras do Rio Grande do Sul e a preponderância do Império brasileiro na região. Dessa forma, a aliança americana para combater Rosas e Oribe, bem como a postura de Oribe e

¹¹ De acordo com Witt (2001) o termo “nacional” designa os descendentes de portugueses e açorianos, bem como os demais elementos caracterizados como “brasileiros” (escravos libertos, por exemplo).

¹² De acordo com Witt (2001) a expressão “colono alemão” (ou simplesmente “colono”) designa os imigrantes alemães e seus descendentes. Embora saibamos que a Alemanha surgiu como estado unificado somente em 1871, o termo “alemão” é utilizado para identificar os imigrantes que vieram para o Brasil antes desta data. Ressaltamos que o termo “nacional” desqualifica o filho do imigrante, situação que perdura, realmente, até 1881, quando a lei Saraiva permite o ingresso destes homens de forma mais intensa na política.

Rosas frente as tentativas intervencionistas da França e Inglaterra, constituíram elementos de consolidação dos Estados platinos envolvidos no Conflito.

REFERÊNCIAS

BARRAN, Jose Pedro. **Apogeo y Crisis del Uruguay Pastoril y Caudillesco - 1839-1875**. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1979 (Historia Uruguaya; 4).

BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina – América Latina Independiente, 1820-1870**. (Traducción de Ángels Solá). Barcelona: Editorial Crítica, 1991. Tomo 6.

CUNHA, Jorge L. Imigração e Colonização Alemã. In: **Império**. PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira Padoin (org.). Passo Fundo: Méritos, 2006. v.2. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

DICKIE, M. A. S. Dos “Senhores do Sul” aos Brummer: a trajetória da construção social do trabalho, RS 1824-1880. In: XIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1989, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1989.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio Prata (1822-1994)**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2014.

MARTINS, Rui cunha. **O Método da Fronteira**: Radiografia Histórica de um Dispositivo Contemporâneo (Matrizes Ibéricas e Americanas). Coimbra: Almedina, 2008.

OLIVEIRA. R. de. S. **Colonização Alemã e Poder**: a cidadania brasileira em construção e discussão (Rio Grande do Sul 1863-1889). 2008. 192 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PADOIN, M. M.. Tito Lívio Zambeccari: A Produção Historiográfica Brasileira e Platina (uma síntese). In: XXI REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2001.

PESAVENTO, S. J. O Imigrante na Política Rio-grandense. In.: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: Imigração e Colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 156-194.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

SCHMID, Albert. Os Rezimões. In: **A Nação**. Nº 15683-15690. Trad. General Klinger, 1951. Porto Alegre, 1949.

TESCHE, L. Os Legionários de 1851: Guerreiros, Liberais e Turnen. In: XIX JORNADA DE PESQUISA/SALÃO DO CONHECIMENTO UNIJUÍ, 2014, Ijuí. **Anais eletrônicos...** Ijuí: Unijuí, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/>>. Acesso em: 23 de setembro de 2014.

WITT, M. A. **Política no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e colonos alemães – 1840/1889**. 2001. 280 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2001.